

A Semana

“Poste-geral da República” aciona professor da USP

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao reitor da USP pedido de investigação contra o professor Conrado Hübner Mendes, da Faculdade de Direito. O motivo? O constitucionalista chamou Aras de “poste-geral da República”, o que o PGR classificou como crime contra a sua honra no documento encaminhado à Comissão de Ética da USP. Mendes classificou a representação como “mais um episódio do estado de intimidação por autoridade que explodiu a dignidade do cargo que ocupa contra um professor que tenta exercer a liberdade de crítica”.

Judiciário/ Tiroteio na praça

A delação de Sérgio Cabral joga a Polícia Federal contra a PGR e o STF

O suposto envolvimento do ministro Dias Toffoli com a venda de sentenças judiciais abriu uma crise na relação da Polícia Federal com a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal. Em delação, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, condenado a 342 anos de prisão, disse que o magistrado recebeu 4 milhões em propina para favorecer prefeitos aliados do emedebista em decisões no Tribunal Superior Eleitoral.

Em fevereiro do ano passado, o ministro Edson Fachin, do STF, homologou a delação mesmo após manifestação contrária do procurador-geral da República, Augusto Aras. Vários pedidos de investigação contra Toffoli foram então enviados à PGR, que se se manifestou contra os inquéritos e arquivou as representações.

Mesmo assim, a PF continuou a receber trechos da delação de Cabral, um deles envolvendo Toffoli. Foi aí que Aras negou novamente a abertura da investigação pela PF, decisão acompanhada por Fachin. Em 21 de maio, os ministros

do Supremo começaram a analisar, em plenário virtual, a validade do acordo de colaboração premiada. Na ocasião, será analisado pedido da PGR para que o Supremo invalide a delação.



Toffoli foi acusado de vender sentenças



Especialistas sugerem que a instalação seja feita longe da costa

Porto de Santos/ “NAVIO-BOMBA” EMBARGADO

TERMINAL PARA ESTOCAGEM DE GÁS COLOCA EM RISCO A POPULAÇÃO, DIZ MP

O juiz Luís Fernando Nishi, da Segunda Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendeu as licenças prévias e a instalação do projeto estrutural de Suprimentos de Gás da Baixada Santista. A decisão responde a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público paulista contra o projeto popularmente conhecido como “navio-bomba”.

Em reportagem publicada em abril, *CartaCapital* trouxe

os detalhes da ação movida pelo MP e os riscos que o projeto traria à população do entorno. O projeto prevê a instalação de um terminal para estocagem e vaporização de Gás Natural Liquefeito, o GNL, em navios, além de um gasoduto marítimo e terrestre localizado entre três municípios. Os dutos seriam conectados a partir do navio e cruzariam outras áreas até subir a Serra do Mar. Pareceres técnicos anexados

à ação apontam sérios riscos à população e pedem que o projeto seja implantado em outro local, afastado da costa. As supostas irregularidades são de responsabilidade da empresa TRS - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A., do município de Santos, e da Cetesb. Em estudo considerado “insuficiente” pelo MP, a Comgás garante que o projeto é seguro e amplamente utilizado em todos os continentes.



26.5.21

Privatização/ Eletrobras a fórceps

A Câmara aprova a MP que libera a venda da *holding* de energia

Sem discussões prévias e no estilo *blitzkrieg*, a Câmara dos Deputados aprovou na noite da quarta-feira 19 a Medida Provisória que libera a privatização da Eletrobras. A oposição havia recorrido ao Supremo Tribunal Federal para impedir a votação, mas a Corte negou o recurso. O texto precisa ainda ser aprovado pelo Senado. Caso o processo não esteja concluído até 22 de junho, a MP perderá a validade. Atualmente, a União e o BNDES controlam 60% das ações. A medida prevê oferta pública de ações para reduzir essa participação a 45%. Nenhum acionista privado poderá deter mais de 10% dos papéis e o governo manterá uma “golden share”, opção que lhe dá poder de veto nas decisões da empresa. O relator da medida, Elmar Nascimento, do DEM da Bahia, incluiu algumas exigências: contratação prévia de energia de termelétricas a gás, reserva de mercado às pequenas centrais hidrelétricas

e prorrogação por 20 anos dos incentivos a fontes alternativas e sustentáveis. Os agentes privados criticaram as interferências de Nascimento e dizem que elas vão encarecer o preço da energia. Os críticos da privatização tentarão barrar a MP no Senado, onde a oposição não tem sido cerceada em seus direitos como na Câmara. Gleisi Hoffmann, presidente do PT, afirmou que, se vendida antes das eleições, a Eletrobras será reestatizada em um eventual governo Lula.



Spoofing/ A VERSÃO DO INQUISIDOR

EM DEPOIMENTO À JUSTIÇA, SÉRGIO MORO SE DIZ VÍTIMA DE UMA ARMAÇÃO

Ouvido por videoconferência no processo da Operação Spoofing, contra hackers que interceptaram mensagens trocadas por autoridades, Sérgio Moro negou qualquer interferência na investigação conduzida pela Polícia Federal. O inquérito foi aberto a partir de comunicação do então ministro da Justiça de Bolsonaro, quando ele notou que seu celular havia sido invadido.

Moro aproveitou a ocasião

para vestir o figurino de vítima de armação. “Todas essas mensagens foram utilizadas de maneira sensacionalista para buscar interromper investigações contra crimes de corrupção e anular condenações”, disse em depoimento ao ex-colega Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília.

No fim de abril, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal reconheceu a parcialidade de Moro

contra Lula no caso do tríplex do Guarujá, mas o ex-juiz ainda tenta limpar a própria biografia. Segundo ele, todas as ações da Lava Jato foram feitas “conforme interpretação da lei”. Só não esclareceu que hermenêutica é essa que admite estreita colaboração do magistrado com o órgão acusador, a ponto de sugerir testemunhas e antecipar decisões, como indicam mensagens reveladas pelos hackers.

A hora da estrela

Referência da dramaturgia brasileira, a atriz Eva Wilma morreu no sábado 15, aos 87 anos, vítima de câncer no ovário. Filha de um alemão católico e uma portenha judia, Eva iniciou a carreira artística aos 19 anos, no Ballet do IV Centenário de São Paulo, mas abandonou a dança quando recebeu convites para integrar o Teatro de Arena e o programa *Alô Doçura*, da extinta TV Tupi. A atriz estrelou dezenas de novelas, como *Meu Pé de Laranja Lima* (1971) e *Mulheres de Areia* (1973), na qual interpretou as gêmeas Ruth e Raquel. Em 2018, estreou seu último espetáculo teatral, *Casos e Canções*, em que revisitava sua carreira acompanhada ao violão pelo filho John Herbert Júnior. A derradeira apresentação foi transmitida online em abril do ano passado, no início da pandemia.



Mensagens usadas de “maneira sensacionalista”, diz o ex-juiz

A Semana

Lei sobre aborto rediscutida

A Suprema Corte dos EUA aceitou, na segunda-feira 17, examinar uma lei sobre o aborto que pode alterar o direito garantido no país desde 1973. Com a maioria de juízes conservadores após nomeações do presidente Donald Trump (seis escolhidos por republicanos, ante três por democratas), o tribunal vai analisar lei aprovada pelo estado do Mississippi em 2018, que diminui o tempo máximo para a interrupção da gestação em 15 semanas. Atualmente, o país baseia-se em decisão proferida pela mesma corte há quase 50 anos, que garante o aborto até a “viabilidade fetal”, ou seja, 24 semanas. Associações pró-aborto temem que o aceite da Suprema Corte, agora de maioria conservadora, possa ser indicação de que o órgão poderá reverter a histórica decisão de 1973.

Colômbia/ Quem luta colhe

Após protestos, Iván Duque anuncia subsídio ao salário dos jovens

Em resposta aos protestos que desde o fim de abril mobilizam a Colômbia, o presidente Iván Duque anunciou, na segunda-feira 17, um subsídio salarial a jovens. Segundo Duque, os cidadãos de 18 a 28 anos contarão com 25% do salário mínimo subsidiado pelo governo, o que corresponde, aproximadamente, aos gastos de seguridade social arcados pelas empresas – atualmente, o salário mínimo colombiano é de 908,5 mil pesos, em torno de 1,3 mil reais

O “Plano de Choque” é uma resposta às manifestações que inicialmente pediam o cancelamento da reforma tributária defendida por Duque. Após a retirada da proposta, os atos continuaram com demandas de melhores condições sociais e têm sido fortemente reprimidos pela polícia. Ao menos 42 cidadãos morreram nos confrontos. Durante o anúncio, o presidente determinou a retirada das barricadas montadas por manifestantes em estradas da Colômbia, o que gerou prejuízo de 1 bilhão de dólares, segundo o governo.



Os colombianos dão o exemplo



O título reafirma a posição inclusiva da capital francesa

Diversidade/ METRÓPOLE DA TOLERÂNCIA

PARIS SE TORNARÁ “ZONA DE LIBERDADE LGBTQIA+”, ANUNCIA A PREFEITURA

Em um ato simbólico, a prefeitura de Paris anunciou, na segunda-feira 17, que a cidade se tornará uma “zona de liberdade LGBTQIA+”. Segundo o comunicado divulgado, o título tem por objetivo reafirmar a posição inclusiva da capital francesa diante do “recuo preocupante dos direitos das minorias sexuais e de gênero no mundo”. A sinalização é uma

resposta às constantes denúncias de violação desses direitos em países da União Europeia com governos conservadores, caso de Hungria e Polônia – este último chegou a ter cidades declaradas “áreas sem ideologia LGBT” em 2019.

De acordo com o Ministério do Interior da França, os crimes de homofobia

aumentaram 36% em 2019 no país e precisam ser combatidos com mais atenção pelas autoridades. A “zona de liberdade” será oficializada em junho, durante reunião do Conselho de Paris, e virá acompanhada de políticas de proteção e formação de agentes focados na garantia de direitos da população LGBTQIA+.